

Subcomissão da CPI acusa o GDF



O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), é acusado de usar verbas do Orçamento da União para obras como as do metrô, a ampliação do presídio da Papuda e a construção da Escola Técnica de Brasília, de maneira descontrolada, provocando desperdício do patrimônio público. A acusação faz parte do relatório especial que a Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento concluiu ontem com recomendação de que as investigações sejam aprofundadas. No relatório, Roriz é responsabilizado pela "malversação do patrimônio público, mesmo que por omissão, na medida em que foi sob sua supervisão que ocorreram episódios ruinosos ao Tesouro Público".

A subcomissão decidiu que o resultado de seu trabalho será encaminhado ao Ministério Públco e à Câmara Distrital do DF. O relatório, preparado pelos deputados Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Sérgio Miranda (PC do B-MG), concluiu que os dados levantados até agora exigem "a apuração completa da responsabilidade administrativa, civil, criminal e política do transgressor". Os resultados obtidos pela subcomissão não serão incluídos no relatório final da CPI.

Conclusões do relatório especial sobre o governador do Distrito Federal:

■ **Relações com o deputado João Alves (sem partido-BA)** — Roriz manteve um encontro, em 1991, com o deputado João Alves, principal acusado nos desvios de verbas do Orçamento, quando o deputado ficou encarregado de apresentar emenda ao Orçamento, prevendo 18,1 milhões de dólares para o metrô de Brasília.

■ **Emendas para o DF** — Entre 1991 e 1993 foram apresentadas emendas para obras no DF feitas

por parlamentares que não têm vinculação com a Capital Federal, entre eles Ricardo Fiúza (PFL-PE), Manoel Moreira (PMDB-SP) e o próprio João Alves.

■ **Metrô** — A subcomissão da CPI chegou à conclusão de que houve cumplicidade entre o governo do DF e as empreiteiras que constróem o metrô de Brasília, para viciar a licitação.

■ **Papuda** — A mesma acusação de manipulação do processo de licitação foi levantada em relação às obras de ampliação da Penitenciária da Papuda que, de acordo com levantamento do TCU, foram superfaturadas em pelo menos 60 por cento.

■ **Escola Técnica** — A CPI constatou a existência de fraude e superfaturamento na licitação das obras para a Escola Técnica de Brasília.

■ **Hospital** — A deputada Célia Mendes (PPR-AC) teve aprovada uma emenda para a construção do Hospital do Paranoá, em 1993. A construtora escolhida para realizar a obra foi a MC Carlos, de

propriedade da família da deputada.

■ **Novacap** — A CPI apreendeu na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Aílton Reis, um disquete no qual constava cópia integral de contrato-padrão da Novacap; "os diversos documentos relativos a obras e empresas do DF deixam ver a inserção das empreiteiras na administração do DF".

■ **Caesb** — Outros documentos apreendidos na casa de Aílton Reis indicam que as empreiteiras Tratex, CNO e Saenco agiram como cartel numa licitação para a Caesb. No Orçamento de 1993, o DF recebeu uma verba de CR\$ 1,3 bilhão para obras de esgoto no Lago Norte. Os recursos foram liberados, mas a obra não foi executada.

■ **Galpões** — Roriz assinou sem licitação um convênio com o então Ministério da Ação Social em 31 de dezembro de 1990, quando ainda não tinha tomado posse como governador.